

Anexo 4 da ATA N.º 3**PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO, TENDO EM VISTA O PREENCHIMENTO DE UM POSTO DE TRABALHO NA CARREIRA/CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR PARA A ÁREA DE AUDITORIA E CONTROLO INTERNO DO POLITÉCNICO DE LISBOA****Lista de questões a aplicar na prova de conhecimentos**

Grupo I – Questões de desenvolvimento - 6 questões de onde serão escolhidas 2 questões

1. O IPL é uma instituição de ensino superior dotada diversas atribuições. Refira e comente as atribuições do IPL.
2. As instituições de ensino superior em Portugal são objeto de regulação genérica por lei em diversas áreas. Refira e comente quais as áreas objeto de regulação por lei especial.
3. Compete ao Gabinete de Auditoria e Controlo Interno do IPL procede à elaboração de planos e relatórios de atividades do IPL. Avalie e comente criticamente esta afirmação.
4. Os atos de delegação obedecem a determinados requisitos. Identifique e comente os referidos requisitos.
5. A atividade de auditoria interna tem de avaliar a eficácia e contribuir para a melhoria da gestão do risco. Avalie e comente criticamente esta afirmação
6. Os auditores internos têm de ter uma atitude de imparcialidade, livre de preconceitos e evitar quaisquer conflitos de interesse. Avalie e comente criticamente esta afirmação.

Grupo II – Questões de escolha múltipla - 24 questões de onde serão escolhidas 8 questões, com 4 opções de resposta, onde apenas uma estará correta.

1. Qual é o principal objetivo da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho?
2. Qual é a entidade responsável pela execução e aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho?
3. Qual é o principal objetivo da Norma de Controlo Interno do IPL, aprovada pelo Regulamento n.º 785/2015, de 13 de novembro?

Anexo 4 da ATA N.º 3 (Cont.)**PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO, TENDO EM VISTA O PREENCHIMENTO DE UM POSTO DE TRABALHO NA CARREIRA/CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR PARA A ÁREA DE AUDITORIA E CONTROLO INTERNO DO POLITÉCNICO DE LISBOA****Lista de questões a aplicar na prova de conhecimentos (Cont.)**

4. Quem é responsável pela aprovação da Norma de Controlo Interno do IPL, aprovada pelo Regulamento n.º 785/2015, de 13 de novembro?
 5. Qual é o objetivo do controlo interno conforme estabelecido na Norma do IPL, aprovada pelo Regulamento n.º 785/2015, de 13 de novembro?
 6. Qual é a relação entre o Regulamento Interno de Duração e Organização do Tempo de Trabalho aprovado pelo Despacho n.º 8840/2017, de 6 de outubro e a Norma de Controlo Interno do IPL, aprovada pelo Regulamento n.º 785/2015, de 13 de novembro?
 7. A Norma de Controlo Interno do IPL, aprovada pelo Regulamento n.º 785/2015, de 13 de novembro, prevê que o ciclo de processamento de despesa origine que fases?
 8. A Norma de Controlo Interno do IPL, aprovada pelo Regulamento n.º 785/2015, de 13 de novembro, prevê que possam ser constituídos fundos de maneiio até que valor?
 9. Quais são os elementos abordados no Regulamento Interno de Duração e Organização do Tempo de Trabalho do IPL, aprovado pelo Despacho n.º 8840/2017, de 6 de outubro?
 10. O Regulamento Interno de Duração e Organização do Tempo de Trabalho no IPL, aprovado pelo Despacho n.º 8840/2017, de 6 de outubro é aplicável a que serviços?
 11. No âmbito do SIADAP, aprovado pela Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, o SIADAP 2 é aplicável a que grupos profissionais?
 12. No âmbito da LCPA, aprovada pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que declarações devem ser feitas até 31 de janeiro de cada ano?
 13. De acordo com SNC-AP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, o que visa garantir o Sistema de Controlo Interno (SCI)?
 14. De acordo com o SNC-AP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, quais são os documentos de prestação de contas?
-

Anexo 4 da ATA N.º 3 (Cont.)**PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO, TENDO EM VISTA O PREENCHIMENTO DE UM POSTO DE TRABALHO NA CARREIRA/CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR PARA A ÁREA DE AUDITORIA E CONTROLO INTERNO DO POLITÉCNICO DE LISBOA****Lista de questões a aplicar na prova de conhecimentos (Cont.)**

15. O SNC-AP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, é constituído por que subsistemas?
16. No âmbito do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), o que é considerado um ativo?
17. Tendo por base o critério do valor, o ajuste direto no âmbito do CCP aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, pode ser usado para a formação de que tipo de contratos?
18. No âmbito do CCP aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, os concorrentes são obrigados a manter a proposta válida durante quanto tempo?
19. O que significa o preço base estabelecido no âmbito do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro?
20. No âmbito do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, quais são os procedimentos não sujeitos à concorrência de mercado?
21. No âmbito da transparência administrativa prevista no RGPC aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 09 de dezembro, que informações devem o IPL publicar na internet?
22. No âmbito do RGPC aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 09 de dezembro, que documentos deve produzir o IPL?
23. No âmbito do Código de Conduta aprovado pelo Despacho n.º 12394/2023, de 4 de dezembro, que valores institucionais o IPL assume?
24. No âmbito do Código de Conduta aprovado pelo Despacho n.º 12394/2023, de 4 de dezembro, que medidas de prevenção o IPL adota?